



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A economia do Estado de Mato Grosso do Sul apresentou um bom desempenho no ano de 2005, fundamentada no resultado expressivo de suas exportações, com um montante acumulado de US\$ 1,1 bilhão, fruto principalmente da comercialização dos produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo) e carnes (bovina, suína e aves). Com este desempenho, a balança comercial do Estado atingiu um superávit de US\$ 69 milhões, o melhor resultado desde 2002.

A energia distribuída pela Enersul, apresentou um crescimento de 2,6%. O número de clientes apresentou um acréscimo de 2,9% em relação a 2004, fixando-se em 658.141.

Com relação aos indicadores de qualidade dos serviços prestados aos clientes e de performance, a Enersul apresentou os seguintes resultados:

- acréscimo no DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), passando de 9,47 horas/consumidor/ano, em 2004, para 11,10 horas, em 2005, por força dos fortes temporais ocorridos no ano;
- acréscimo do FEC (Frequência Equivalente por Consumidor) passando de 8,03 interrupções/consumidor/ano, em 2004, para 9,16, em 2005;
- acréscimo do TMA (Tempo Médio de Atendimento), subindo para 98 minutos em 2005, contra 86 minutos em 2004.

aumento das perdas totais para 21,5%, contra 16,0% no ano anterior. Esse aumento teve como fator preponderante a alteração da localização dos pontos de medição para a fronteira.

Os investimentos realizados pela Enersul em 2005 totalizaram R\$ 191,7 milhões, 104,5% superior a 2004.

Importantes programas, relacionados ao atendimento e melhoria dos serviços prestados aos clientes, foram realizados:

- Programa Luz para Todos, parcerias da Enersul, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Governo Federal, atendeu a 9.487 clientes no período de julho de 2004 a dezembro de 2005, com investimentos efetivos de R\$ 649,1 milhões;
- iniciada a implantação de sistema de leitura, faturamento e entrega simultânea da conta de energia elétrica, que atingiu em 2005 cerca de 124 mil clientes. Estima-se que até julho/2006 esteja atingindo 100% das unidades consumidoras em baixa tensão;
- a página da Enersul na internet sofreu melhorias no acesso à Agência Virtual;
- iniciou-se em novembro, a Rede de Atendimento Enersul Fácil, composta de 37 lojas terceirizadas, em 33 municípios, ampliando os locais de atendimento aos clientes;
- interligação ao Sistema Interligado Nacional, do único sistema isolado, com base térmica, na área de concessão da Enersul, região de Porto Murtinho, com previsão de entrada em operação em janeiro de 2006;

A Enersul executou um programa de combate às perdas comerciais, apresentando resultados positivos, com pequena redução no índice de perdas comerciais, com tendência de queda nos próximos anos. Em abril de 2005 a ANEEL deu por concluída a 1ª revisão tarifária da Enersul que ocorreu em abril de 2003. O índice de reposicionamento tarifário, que havia sido provisoriamente fixado em 43,59%, tornou-se definitivo em 50,81%.

A Enersul passou em 2005 por grandes transformações societárias: I) a reorganização societária, em que a Enersul passou a ser uma subsidiária integral EDP - Energias do Brasil S.A.; II) a desverticalização, em que foram cindidos os ativos de geração, distribuição e outros negócios da Companhia.

A Enersul apresentou um lucro líquido de R\$ 163,9 milhões em 2005, com um crescimento de 74,8% em relação a 2004. A receita operacional líquida atingiu R\$ 871,2 milhões, com crescimento de 24,3%. As despesas operacionais de R\$ 649,1 milhões cresceram 19,1%. O resultado do serviço de energia elétrica de R\$ 223,1 milhões apresentou um crescimento de 42,0%. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA foi de R\$ 282,9 milhões, com crescimento de 33,4%.

Em treinamento alcançou-se o índice de 107,72 horas de treinamento por colaborador. Foi publicado o Código de Ética, na intranet, que busca orientar, de forma clara e transparente, as ações da EDP - Energias do Brasil S.A. e das empresas controladas.

Em Governança Corporativa a Enersul deu continuidade ao processo de adequação à Lei Sarbanes-Oxley.

A Enersul em 2005 obteve o reconhecimento de diversas entidades, atestando a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e de sua gestão empresarial:

- pela sétima vez consecutiva, a Enersul foi eleita a Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste, pela revista Eletricidade Moderna;
- pela quarta vez, conquistou o prêmio ABRADEE - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, como melhor distribuidora das Regiões Norte e Centro-Oeste;
- pelo segundo ano consecutivo, a Enersul recebeu o Prêmio de Qualidade no Trabalho do SESEI, na categoria Empresa de grande porte, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS;
- a Enersul, em reconhecimento às suas ações desenvolvíveis no uso racional e eficiente de energia elétrica, recebeu o "Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia 2005", na Categoria Empresas do Setor Energético, modalidade Empresas de Distribuição de Médio Porte;
- a Enersul em razão das ações de cidadania relativas ao combate ao trabalho infantil, promoção da educação, saúde e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, foi reconhecida e certificada pelo segundo ano consecutivo como Empresa Amiga da Criança pela Fundação ABRINQ.

A Enersul está preparada para, em 2006, realizar os investimentos necessários para o atendimento ao mercado, para a continuidade do Programa Luz para Todos e modernização dos sistemas de informação. O combate às perdas continuará sendo um dos principais objetivos estratégicos da Enersul.

ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA
DIRETOR PRESIDENTE

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2005 foi caracterizado pela estabilidade dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros.

Em relação às contas externas, o País continuou a apresentar um cenário positivo, com superávit comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões e saldo de transações correntes de US\$ 14,2 bilhões. Além disso, a manutenção do quadro de alta liquidez no mercado internacional e o aumento de confiança dos investidores no País, entre outros fatores, explicam a apreciação do real em relação ao dólar.

A taxa de inflação, medida pelo IPCA, atingiu 5,7%, mantendo a trajetória de queda apresentada desde 2003. O Banco Central retomou a política de redução gradual da taxa de juros a partir de setembro, encerrando dezembro no nível de 18,0% ao ano.

Estimativas preliminares indicam que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2005, situa-se em torno de 2,0% a 2,5%, ante 4,9% no ano anterior. Esse arrefecimento na atividade econômica pode ser creditado ao aperto monetário aplicado durante o ano - com elevadas taxas de juros - e deterioração da atividade do setor agrícola e a um crescimento líquido das exportações menor do que em 2004. A taxa de desemprego reduziu-se de 9,6%, em dezembro de 2004, para 8,3% em dezembro de 2005. A atividade agrícola foi afetada pela queda de preços de alguns produtos, pela quebra de safra devido a fatores climáticos e pela redução da taxa de câmbio. Esses fatores explicam um crescimento estimado inferior a 2,0% do PIB agropecuário.

A atividade industrial registrou crescimento de 3,1% no acumulado do ano, até novembro de 2005, concentrada no segmento de bens duráveis, beneficiada pelo aumento de crédito aos consumidores, especialmente na modalidade de crédito consignado. Além disso, o setor automobilístico produziu 10,7% mais que em 2004 e as exportações evoluíram 25,9%, graças principalmente aos mercados mexicano e argentino.

ANERSUL E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul foi criada em 11 de junho de 1979, sendo uma Companhia Aberta desde 29 de abril de 1981, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. Regida pela Lei das Sociedades por Ações, é controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, passando a ser sua subsidiária integral em 31 de julho de 2005.

A Enersul atende a quase totalidade do Estado de Mato Grosso do Sul, em 73 dos 78 municípios, numa área de 326,316 km², equivalente a 92% do Estado e a 94,7% da população total, correspondendo a 2,1 milhões de habitantes. A concessão da União tem vigência de dezembro de 2007, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 04 de dezembro de 1997.

PRINCIPAIS INDICADORES

| Descrição | Unidade | 2005 | 2004 | Var.% |
|---|-------------|---------|---------|----------|
| Resultados | | | | |
| Receita Bruta | R\$ milhões | 1.142,2 | 927,9 | 23,1 |
| Receita Líquida | R\$ milhões | 871,2 | 701,1 | 24,3 |
| Gastos Gerenciais e não Gerenciais | R\$ milhões | 648,1 | 543,9 | 19,1 |
| Resultado do Serviço (EBIT) | R\$ milhões | 223,1 | 157,2 | 42,0 |
| EBITDA | R\$ milhões | 282,9 | 212,1 | 33,4 |
| Resultado Financeiro | R\$ milhões | -80,0 | -40,8 | 96,1 |
| Resultado não Operacional | R\$ milhões | -0,8 | -10,6 | -92,4 |
| Equivalência Patrimonial | R\$ milhões | 1,2 | 2,7 | -55,2 |
| Resultado Antes de Impostos | R\$ milhões | 143,5 | 108,5 | 32,3 |
| Lucro Líquido | R\$ milhões | 163,9 | 93,8 | 74,8 |
| Margens (%) | | | | |
| Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida) | % | 32,5 | 30,3 | 2,2 p.p. |
| Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida) | % | 18,8 | 13,4 | 5,4 p.p. |
| Financiamentos | | | | |
| Ativo Total | R\$ milhões | 1.686,5 | 1.349,1 | 25,0 |
| Patrimônio Líquido | R\$ milhões | 593,3 | 519,7 | 14,2 |
| Dívida Líquida (2) | R\$ milhões | 279,9 | 211,9 | 32,0 |
| Dívida Líquida/Patrimônio Líquido | vezes | 0,47 | 0,41 | 0,1x |
| Dívida Líquida/EBITDA | vezes | 0,99 | 1,0 | 0,0x |
| Investimentos | R\$ milhões | 191,7 | 93,7 | 104,5 |
| Operacionais | | | | |
| Energia Distribuída | GWh | 3.107,5 | 3.027,8 | 2,6 |
| Energia Vendida a Clientes Finais | GWh | 2.726,9 | 2.831,8 | -3,7 |
| Residencial | GWh | 924,6 | 911,9 | 1,4 |
| Industrial | GWh | 472,0 | 579,6 | -18,6 |
| Comercial | GWh | 598,4 | 584,5 | 2,4 |
| Rural | GWh | 313,1 | 307,7 | 1,8 |
| Outros | GWh | 418,8 | 447,9 | -6,5 |
| Suprimento a Outras Concessionárias | GWh | 3,4 | 12,0 | -71,9 |
| Consumo Próprio | GWh | 6,6 | 6,4 | 2,9 |
| Energia em Trânsito | GWh | 370,6 | 177,7 | 108,6 |
| Preço médio da Energia Vendida a Clientes Finais (3) | R\$/MWh | 269,3 | 232,0 | 24,7 |
| Geração Própria | GWh | 98,1 | 274,7 | -64,3 |
| Energia Comprada | GWh | 3.704,0 | 3.291,6 | 12,5 |
| Perdas Técnicas e Comerciais | GWh | 850,1 | 578,4 | 47,0 |
| Perdas Técnicas e Comerciais | % | 21,5 | 16,0 | 5,5 p.p. |
| Desempenho e Qualidade | | | | |
| Número de Clientes Finais | mil | 657,9 | 639,6 | 2,9 |
| Energia Distribuída por Cliente | MWh | 4,7 | 4,7 | 0,5 |
| Número de Colaboradores | unidade | 864 | 898 | -3,8 |
| Produtividade (Distribuído/Empregado) | MWh | 3.596,7 | 3.371,7 | 6,7 |
| Nº de Clientes/Colaborador | unidade | 761,5 | 712,2 | 6,9 |
| Duração Equivalente de Interrupção por Cliente - DEC | horas | 11,10 | 9,47 | 17,2 |
| Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - FEC | vezes | 9,16 | 8,03 | 14,1 |
| Tempo Médio de Atendimento (TMA) | minutos | 98 | 86 | 14,0 |

PRINCIPAIS INDICADORES (*)

- EBITDA - Lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização
- Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios
- Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais / volume de energia vendida aos clientes finais

Observação: As informações contábeis apresentadas neste relatório são advindas das demonstrações financeiras auditadas

PRINCIPAIS EVENTOS 2005

Um amplo processo de reorganização marcou o ano de 2005 na EDP - Energias do Brasil S.A. De forma coordenada, foram adotadas várias medidas para consolidar as bases de uma empresa que pretende ser uma referência no setor energético brasileiro: **reorganização societária**, com a migração de acionistas minoritários para a **holding**; **desverticalização**, com a separação dos ativos de geração e distribuição; **nova identidade visual** e **denominação**, com a passagem do nome para EDP - Energias do Brasil S.A., e **Oferta Pública de Ações** no Novo Mercado da Bovespa, atraindo investidores nacionais e internacionais.

Reorganização Societária

Em 29 de abril, foi aprovada uma reorganização societária que teve como objetivos simplificar a estrutura dos negócios; ampliar a captura de sinergias existentes entre as atividades de distribuição, geração e comercialização, proporcionando um maior potencial de criação de valor; permitir o aproveitamento fiscal de ágio contabilizado no momento da aquisição das controladas Enersul e Escelsa; facilitar o processo de desverticalização dos ativos, exigência da nova legislação do setor elétrico e promover a visibilidade, a concentração e o aumento da liquidez no mercado de capitais. Iniciada no ano anterior, a reorganização permitiu dar uma nova lógica empresarial ao conjunto das empresas do grupo, além de incrementar a sua governança corporativa.

Essa mudança foi executada após um amplo processo de esclarecimento aos acionistas minoritários das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, além das sociedades Iven e Magistra - duas empresas de participação criadas para a compra da Enersul e da Escelsa. A Iven detinha 52,27% da Escelsa, que era a única acionista da Magistra. Esta, por sua vez, possuía 65,2% da Enersul. Foi apresentada proposta de migração das ações para a EDP - Energias do Brasil S.A., com resultados significativos (adesão de 99,98%), sobretudo considerando-se o elevado número de acionistas envolvidos (aproximadamente 20 mil).

Em mesmo tempo, 67,5% do capital da EDP - Energias do Brasil S.A. passou a ser detido pela EDP - Energias de Portugal, sendo os 32,5% restantes propriedade dos investidores das distribuidoras

que concordaram com a troca de ações, com base em uma avaliação independente.

A migração dos minoritários teve um duplo mérito: permitir a adoção do melhor modelo de desverticalização possível, evitando ineficiências fiscais e operacionais, e prover um maior grau de liberdade no processo de redesenho da estrutura organizacional do grupo como um todo.

A reorganização compreendeu as seguintes etapas: 1) incorporação da Iven pela EDP - Energias do Brasil S.A.; 2) cisão da EDP - Energias do Brasil S.A. e incorporação dessa parcela cindida pela Escelsa; 3) transformação da Enersul em subsidiária integral da Escelsa, por meio da incorporação de ações de emissão da Enersul pela Escelsa, e 4) transformação da Escelsa e da Bandeirante em subsidiárias integrais da EDP - Energias do Brasil S.A., por meio da incorporação de ações da Escelsa e da Bandeirante pela *holding*.

Desverticalização

Uma segunda etapa contemplou a segregação das atividades de distribuição e geração, aprovada em Assembleias gerais realizadas dia 30 de junho. A medida teve dois principais objetivos. O primeiro foi atender às regras de desverticalização do novo modelo do setor elétrico estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que deveriam ser colocadas em prática até setembro de 2005. Por essa regulamentação, as concessionárias de distribuição de energia elétrica não mais poderiam exercer atividades de geração e transmissão e, tampouco, deter participações societárias em outras empresas. Além disso, a medida buscou ampliar a transparência na divulgação e apuração dos resultados operacionais, facilitando tanto o acompanhamento das atividades pelos órgãos reguladores como o acesso da companhia ao mercado de capitais.

O processo compreendeu as seguintes medidas: 1) a Magistra foi incorporada à EDP - Energias do Brasil S.A.; 2) a Enersul, cujo capital era detido integralmente pela Escelsa, passou a ser uma controlada integral da *holding*; 3) as geradoras Castelo Energética (Cesa) e Costa Rica, que tinham o controle direto e indiretamente detido pela Escelsa, passaram a ser controladas pela Enersul, empresa criada para administrar os ativos de geração e diretamente controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A.; e 4) os outros ativos de geração detidos pela Escelsa e pela Enersul foram transferidos para a Enersul, para a Cesa e para a Pantanal Energética Ltda.

As transferências para a EDP - Energias do Brasil S.A. dívidas mantidas pela Escelsa, no montante de aproximadamente R\$ 825 milhões (dos quais R\$ 670 milhões foram capitalizados pela Enersul e Portugal, na Oferta Pública de Ações que se seguiu).

Como o final dos processos de reorganização societária e desverticalização, a estrutura da EDP - Energias do Brasil S.A. passou a manter três unidades específicas de negócios: geração, comercialização e distribuição.

Em geração, a *subholding* integral Enersul assumiu a gestão de Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética, e foram mantidos separadamente dois empreendimentos (EDP Lajeado e Enerpeixe). Em comercialização, foi consolidada a Enertrade, que atua no mercado livre. E, em distribuição, atuam as três controladas integrais Bandeirante, Escelsa e Enersul.

Nova Marca e Novo Nome

A mudança de identidade visual e de denominação foi um precedente lógico de todo o processo de reestruturação. Para a marca, foi adotada a mesma identidade visual que Grupo EDP assumira no final do ano anterior em Portugal: um sorriso sobre um fundo vermelho. O símbolo reflete os atributos que conduzem a gestão dos negócios: simplicidade, proximidade e conforto no atendimento aos clientes e responsabilidade social. O nome Enersul do Brasil reforça ainda o compromisso com o País e a ambição de ser uma referência do setor, além de manter um paralelo com o acionista controlador.

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico

O sistema elétrico de distribuição da Enersul é formado por linhas de distribuição de 138 kV, 69 kV, 34,5 kV e redes de média e baixa tensão, integrado ao Sistema Interligado Nacional, à exceção da região de Porto Murtinho.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Enersul

| Instalações | 2005 | 2004 | Variação Quant. % |
|--|---------|---------|-------------------|
| Número de Subestações* | 87 | 87 | - 0,0 |
| Potência Instalada de Transformação (MVA) | 1.547 | 1.545 | 3 0,2 |
| Redes de Distribuição - Própria - Total - Km | 49.675 | 44.274 | 5.400 12,2 |
| Redes de Distribuição - Própria - AT (maior ou igual a 69 kV) - Km | 3.303 | 3.303 | - 0,0 |
| Redes de Distribuição - Própria - MT (entre 1 e menor a 69 kV) - Km | 35.574 | 30.684 | 4.890 15,9 |
| Redes de Distribuição - Própria - BT (menor que 1 kV) - Km | 10.798 | 10.288 | 510 5,0 |
| Transformadores de Distribuição Próprios - Total - (Número) | 27.929 | 23.627 | 4.302 18,2 |
| Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano - (Número) | 13.843 | 13.365 | 478 3,6 |
| Transformadores de Distribuição Próprios - Rural - (Número) | 14.086 | 10.262 | 3.824 37,3 |
| Transformadores de Distribuição de Terceiros - (Número) | 30.620 | 30.377 | 243 0,8 |
| Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Total - (MVA) | 958 | 878 | 80 9,1 |
| Total de kVA's instalados na distribuição própria - Urbano - (MVA) | 738 | 708 | 30 4,3 |
| Total de kVA's instalados na distribuição própria - Rural - (MVA) | 220 | 170 | 50 29,6 |
| Total de kVA's Instalados na Distribuição Terceiros (MVA) | 1.273 | 1.237 | 36 2,9 |
| Postes em Redes de Distribuição - Total - (Número) | 551.457 | 482.692 | 68.765 14,2 |
| Postes em Redes de Distribuição - Urbano - (Número) | 289.459 | 265.700 | 23.759 8,9 |
| Postes em Redes de Distribuição - Rural - (Número) | 261.998 | 216.992 | 45.006 20,7 |

(*) Inclui uma subestação móvel AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão

O suprimento ao sistema elétrico da Enersul é realizado principalmente através da linha de transmissão em 230 kV - Subestação de Guairá, no Paraná, com a subestação de Dourados e com a subestação de Anastácio, no Mato Grosso do Sul. Destacam-se ainda as linhas em 138 kV, duas provenientes do Estado de São Paulo, que conectam a subestação de Usina de Jupia à subestação Campo Grande e ET PROSL a outra que conecta a Usina de Frossa à subestação de Dourados.

Em complemento ao sistema de transmissão o suprimento é realizado através das seguintes gerações locais: Usina Térmica a Gás Natural William Arjona (175 MW), propriedade da TRACTEBEL; Usina Hidrelétrica de Mimosa (29 MW); Pequena Central Hidrelétrica de Costa Rica (16 MW) e Paraíso (20 MW), de propriedade da Cesa, subsidiária da Enersul.

Para atendimento às regiões isoladas, tem-se ainda, os seguintes pontos de suprimento: conexões com os sistemas da Cemate em 34,5 kV, Caiuá em 34,5 kV e Copel em 138 kV para suprimento dos municípios de Sonora (norte), Bataguassú (leste) e para a região de Eldorado (sul), respectivamente.

O único sistema isolado, com base térmica, para atendimento à região de Porto Murtinho, está sendo interligado ao Sistema Interligado Nacional através da construção da linha 138 kV Jardim - Porto Murtinho e da Subestação Porto Murtinho 138/13,8 kV 12,5 MVA, com previsão para operação em janeiro de 2006.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Reajuste e Revisão Tarifária

A ANEEL aprovou, em 06 de abril de 2005 (Resolução Homologatória nº 72), a conclusão da primeira Revisão Tarifária Periódica da Enersul, elevando para 50,81% o índice de reposicionamento tarifário de 43,59%, estabelecido provisoriamente. Como efeito da definição final da Revisão de 2003, foi aprovado um reposicionamento que representa um incremento anual na receita da Enersul da ordem de R\$ 32 milhões (valores de abril de 2003), no período tarifário entre abril de 2003 e março de 2008, data da próxima revisão tarifária periódica. Esses valores serão recuperados no período de abril de 2005 a março de 2008.

Em decorrência do ajuste na primeira Revisão Tarifária Periódica e do reajuste anual de tarifas, previsto no contrato de concessão, a ANEEL aprovou um reajuste médio das tarifas da Enersul de 20,69%, aplicado a partir de 06 de abril de 2005 (Resolução Homologatória nº 74, de 06 de abril de 2005).

A partir de julho de 2005, conforme Termo Aditivo ao contrato de Concessão, a composição das tarifas excluiu os montantes relativos ao recolhimento do PIS e COFINS. Dessa forma, os valores correspondentes a esses tributos devem ser agregados à conta dos consumidores, num mecanismo semelhante ao adotado para o ICMS.

Abertura da Conta para Clientes do Grupo B

A Resolução Normativa ANEEL nº 166, de 10 de outubro de 2005, estabeleceu as disposições consolidadas relativas ao cálculo da tarifa de uso dos sistemas de distribuição (TUSD) e da tarifa de energia (TE). Essa resolução determina que as distribuidoras informem, na fatura de fornecimento aos consumidores do Grupo B, o valor correspondente à energia, ao serviço de distribuição, à transmissão, aos encargos setoriais e aos tributos. Os valores vigentes para a Enersul em termos percentuais são: Energia com 34,75%, Distribuição com 51,45%, Transmissão com 4,68% e Encargos com 9,12%.

BALANÇO ENERGÉTICO

Compra de Energia

Em 2005, a Enersul comprou um total de 3.704 GWh para o atendimento do seu mercado, através dos contratos iniciais, bilaterais, leilão e energia oriunda de Itaipu, além de 98 GWh provenientes de geração própria, totalizando 3.802 GWh. Em relação a 2004, isso significou um acréscimo de 236 GWh.

Em relação aos Contratos Iniciais, conforme previsto na Lei nº 9.648, de 27/05/1998, em 2005 foram totalizadas reduções de 75% dos montantes originais contratados em 2001.

No leilão de energia existente foram adquiridos lotes de energia elétrica para o período de suprimento de 2008 a 2015, no montante de 960,8 GWh, com preço médio de R\$ 83,13/MWh (preço referente a abril/2005).

No leilão de energia nova foram adquiridos lotes de energia elétrica provenientes de usinas hidrelétricas com períodos contratuais de 30 anos a partir de 2008, 2009 e 2010, nos montantes de 38,1 GWh, 137,9 GWh e 2.852,6 GWh, a preços médios de R\$ 106,95/MWh, R\$ 113,89/MWh e R\$ 114,83/MWh, respectivamente. Em relação aos lotes de energia elétrica provenientes de usinas termelétricas com períodos contratuais de 15 anos a partir de 2008, 2009 e 2010, foram adquiridos os montantes de 150,5 GWh, 1.281,3 GWh e 1.380,0 GWh, a preços médios de R\$ 132,26/MWh, R\$129,26/MWh e R\$ 121,81/MWh, respectivamente.

Mecanismo de Sobras e Déficit entre Distribuidoras - MCS-D

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE promoveu a aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCS-D, previsto no art. 29 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que prevê a redução da energia adquirida, por parte dos Compradores, conforme as condições previstas na referida legislação.

Por esse mecanismo, a Enersul adquiriu mais 7,6 MW médios, a partir de abril, referentes ao produto 2005-2012.

Geração Própria

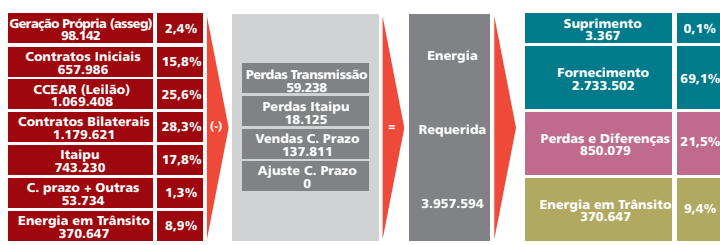
Em face da desverticalização dos ativos de geração, a partir de 1º de agosto, as Usinas Hidrelétricas de Assis Chateaubriand (Mimosa), São João I e II, Vitor Andrade de Brito (Coxim) e as Usinas Termelétricas de Corumbá e Coxim, foram transferidas para a Pantanal Energética Ltda., subsidiária da Enersul.

Em 18 de agosto de 2005, em atenção ao Art. 15 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Enersul realizou Chamada Pública para a compra de energia elétrica proveniente de geração distribuída para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2005, sendo vencedora Pantanal Energética Ltda., na qual foi representada pela Enersul S.A., com a qual foi celebrado o competente contrato de compra e venda entre as partes.

Transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em 2005, a Enersul efetuou transações de venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no montante de 138 GWh, correspondentes a R\$ 1,335 milhão, e transações de compra no montante de 54 GWh, correspondentes a R\$ 1,409 milhão. Em relação aos Encargos de Serviço do Sistema, coube ainda à Enersul o pagamento de R\$ 1,882 milhão.

Balanço Energético





enersul
energias do brasil

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Companhia Aberta - CNPJ nº 15.413.826/0001-50



Demonstrações Financeiras 2005

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 | | 2005 | 2004 |
|---|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| ATIVO | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Circulante | | | Circulante | | |
| Disponibilidades | 16.217 | 15.799 | Fornecedores | 76.685 | 61.355 |
| Títulos a receber | 8.154 | 3.199 | Folha de pagamento | 494 | 240 |
| Consumidores e concessionárias | 363.597 | 240.871 | Encargos de dívidas | 12.493 | 4.165 |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | 30.822 | 25.230 | Empréstimos e financiamentos | 276.367 | 223.336 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 38.437 | 12.581 | Taxas regulamentares | 3.420 | 6.154 |
| Estoques | 1.112 | 2.031 | Impostos e contribuições sociais correntes | 35.118 | 37.617 |
| Partes relacionadas | 141 | - | Impostos e contribuições sociais diferidos | 60.938 | 14.898 |
| Despesas pagas antecipadamente | 14.788 | 32.365 | Obrigações estimadas | 12.991 | 12.407 |
| Outros créditos | 15.760 | 13.958 | Dividendos | 141.246 | 17.043 |
| | 489.028 | 346.034 | Partes relacionadas | 27.389 | 10.918 |
| Realizável a longo prazo | | | Outras contas a pagar | 27.289 | 16.344 |
| Consumidores e concessionárias | 43.941 | 87.716 | | 674.430 | 404.477 |
| Títulos a receber | 25.673 | 15.570 | Exigível a longo prazo | | |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | 9.912 | 285 | Fornecedores | 8.996 | 16.926 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 241.821 | 124.166 | Encargos de dívidas | 232 | 36 |
| Partes relacionadas | 4.412 | 206 | Empréstimos e financiamentos | 327.928 | 255.069 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios | 64.745 | 48.637 | Impostos e contribuições sociais diferidos | 7.811 | 27.206 |
| Despesas pagas antecipadamente | 105.409 | 83.054 | Provisões para contingências | 70.977 | 55.401 |
| Outros créditos | - | 1.065 | Partes relacionadas | 783 | 68.236 |
| | 495.913 | 360.699 | Outras contas a pagar | 1.967 | 2.013 |
| Permanente | | | | 418.694 | 424.887 |
| Investimentos | - | 9.524 | Patrimônio líquido | | |
| Imobilizado | 701.523 | 632.851 | Capital social | 463.412 | 463.415 |
| | 701.523 | 642.375 | Reservas de capital | 118.594 | 1.650 |
| | | | Reservas de lucros | 11.334 | 54.679 |
| Total do ativo | 1.686.464 | 1.349.108 | Total do passivo e patrimônio líquido | 1.686.464 | 1.349.108 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | 2005 | 2004 |
|--|-----------------|-----------------------|
| Receita operacional | | Reclassificado |
| Fornecimento de energia elétrica | 1.085.965 | 901.429 |
| Suprimento de energia elétrica | 5.556 | 2.159 |
| Outras receitas operacionais | 50.692 | 24.350 |
| | 1.142.213 | 927.938 |
| Dedução da receita operacional | | |
| Quota para reserva global de reversão | (15.430) | (14.356) |
| Encargo de capacidade emergencial | (15.115) | (28.966) |
| Impostos e contribuições sobre a receita | (240.447) | (183.488) |
| | (270.992) | (226.810) |
| Receita operacional líquida | 871.221 | 701.128 |
| Custo do serviço de energia elétrica | | |
| Custo com energia elétrica | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (283.717) | (246.006) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (79.732) | (70.944) |
| | (363.449) | (316.950) |
| Custo de operação | | |
| Pessoal | (44.039) | (41.371) |
| Materiais e serviços de terceiros | (64.954) | (40.436) |
| Depreciações e amortizações | (47.034) | (45.064) |
| Subvenção - CCC e CDE | (53.311) | (39.571) |
| Taxa de fiscalização | (1.954) | (1.431) |
| Tributos | (137) | 2.446 |
| Outros custos de operação | (6.724) | (4.611) |
| | (208.153) | (170.038) |
| | (571.602) | (486.988) |
| | (1.402) | (802) |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 298.217 | 213.338 |
| Lucro operacional bruto | 573.004 | 487.790 |
| Despesas operacionais | | |
| Despesas com vendas | (14.804) | (8.132) |
| Despesas gerais e administrativas | (45.995) | (36.566) |
| Depreciações e amortizações | (12.790) | (9.899) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (1.508) | (1.560) |
| | (75.097) | (56.157) |
| Resultado do serviço | 223.120 | 157.181 |
| Resultado das participações societárias | 1.206 | 2.690 |
| Resultado financeiro líquido, receita (despesa) | (80.005) | (40.800) |
| Lucro operacional | 144.321 | 119.071 |
| Receitas não operacionais | 4.110 | 2.615 |
| Despesas não operacionais | (4.913) | (13.215) |
| Resultado não operacional | (803) | (10.600) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 143.518 | 108.471 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | (44.737) | (5.408) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 25.152 | (9.280) |
| | (19.585) | (14.688) |
| Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio | 123.933 | 93.783 |
| Reversão dos juros sobre capital próprio | 40.000 | - |
| Lucro líquido do exercício | 163.933 | 93.783 |
| Lucro líquido por lote de mil ações - RS | 3,09 | 1,76 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 |
|---|------------------|-----------------|
| Origens de recursos | | |
| Das operações | | |
| Lucro líquido do exercício | 163.933 | 93.783 |
| Ajuste de exercícios anteriores | (8.959) | - |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido | | |
| Consumidores e concessionárias | (43.475) | (77.690) |
| Conta de compensação de variação de custos da Parcela A - atualização monetária | (8.806) | (6.374) |
| Fornecedores energia livre | 2.974 | 2.571 |
| Depreciações e amortizações | 59.824 | 54.963 |
| Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados | 5.710 | 2.949 |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis - apropriação | (11.900) | - |
| Impostos e contribuições sociais diferidos líquidos | (26.568) | (5.270) |
| Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo | 8.135 | 24.356 |
| Provisões para contingências | 15.576 | 4.490 |
| Resultado líquido de equivalência patrimonial | (1.206) | (2.690) |
| Provisão para perdas na realização de ativos | 1.041 | - |
| Outros | (990) | 624 |
| | 155.289 | 91.712 |
| De terceiros | | |
| Empréstimos e financiamentos | 162.971 | 36.580 |
| Obrigações vinculadas à concessão | 40.612 | 22.809 |
| Transferência do realizável a longo prazo para o circulante | 132.034 | 134.213 |
| Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo | 137 | 12.402 |
| | 335.754 | 206.004 |
| De acionistas e das partes relacionadas | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 116.944 | - |
| Dividendos de controladas | 1.203 | 2.805 |
| Parcela do patrimônio vertido à ENERGEST | 26.390 | - |
| | 144.537 | 2.805 |
| Total das origens | 635.580 | 300.521 |
| Aplicações de recursos | | |
| No realizável a longo prazo | | |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios | 15.238 | 12.114 |
| Despesas pagas antecipadamente | 28.382 | 45.584 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos - ágio | 116.944 | - |
| Transferência do ativo circulante para realizável a longo prazo | 16.128 | 12.709 |
| No permanente | | |
| Imobilizado | 191.687 | 93.735 |
| Exigível a longo prazo transferido para circulante | 195.841 | 209.025 |
| Dividendos intermediários | 51.094 | - |
| Dividendos propostos | 147.225 | 17.031 |
| Total das aplicações | 762.539 | 390.198 |
| Redução no capital circulante líquido | (126.959) | (89.677) |
| Variação no capital circulante | | |
| Ativo circulante | | |
| No final do exercício | 489.028 | 346.034 |
| No início do exercício | 346.034 | 305.886 |
| | 142.994 | 40.148 |
| Passivo circulante | | |
| No final do exercício | 674.430 | 404.477 |
| No início do exercício | 404.477 | 274.652 |
| | 269.953 | 129.825 |
| Redução no capital circulante líquido | (126.959) | (89.677) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldos em 1º de janeiro 2004 | 463.415 | 1.650 | - | (22.073) | 442.992 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 93.783 | 93.783 |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 3.586 | (3.586) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 51.093 | (51.093) | - |
| Dividendos propostos (média de R\$ 0,32051 por lote de mil ações) | - | - | - | (17.031) | (17.031) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2004 | 463.415 | 1.650 | 54.679 | - | 519.744 |
| Ajuste de exercícios anteriores (Nota 21.4) | - | - | - | (8.959) | (8.959) |
| Redução de capital (AGE de 29/04/2005) | (3) | - | - | - | (3) |
| Dividendos intermediários (AGE de 29/04/2005) | - | - | (51.094) | - | (51.094) |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora - líquido | - | 116.944 | - | - | 116.944 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 163.933 | 163.933 |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 7.749 | (7.749) | - |
| Dividendos propostos (R\$ 2,77068 por lote de mil ações) | - | - | - | (147.225) | (147.225) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2005 | 463.412 | 118.594 | 11.334 | - | 593.340 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 |
|---|----------------|----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 163.933 | 93.783 |
| Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades | | |
| Consumidores e concessionárias | (11.251) | (2.497) |
| Impostos e contribuições sociais diferidos, líquidos | 49.556 | 8.999 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | (870) | 913 |
| Depreciações e amortizações | 59.824 | 54.963 |
| Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados | 5.710 | 2.949 |
| Despesas pagas antecipadamente | (13.389) | (11.194) |
| Fornecedores | 6.505 | 3.925 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 84.530 | 73.579 |
| Provisões para contingências | 15.576 | 4.490 |
| Diferimento tarifário | (169.533) | (63.539) |
| Participações societárias | (1.206) | (2.690) |
| Provisão para perdas de ativo imobilizado | - | 9.345 |
| | 189.385 | 173.026 |
| (Aumento) diminuição de ativos | | |
| Consumidores e concessionárias | 107.197 | 30.170 |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | (15.219) | (14.238) |
| Estoques | 919 | (321) |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios | (15.327) | (12.115) |
| Despesas pagas antecipadamente | 8.612 | (19.213) |
| Outros créditos | (20.078) | 22.506 |
| | 66.104 | 6.789 |
| Aumento (diminuição) de passivos | | |
| Fornecedores | 14.117 | 390 |
| Impostos e contribuições sociais correntes | (8.498) | 3.851 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | (49.479) | 5.313 |
| Obrigações estimadas | 584 | 1.179 |
| Outras obrigações | 2.300 | 5.173 |
| | (40.976) | 15.906 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 214.513 | 195.721 |
| Atividades de investimento | | |
| Redução ao investimento | 2.168 | 2.805 |
| Adições ao imobilizado | (191.687) | (93.735) |
| Obrigações vinculadas à concessão | 40.612 | 22.809 |
| Parcela do patrimônio vertido à ENERGEST | 26.393 | - |
| | (122.514) | (68.121) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimento | | |
| Atividades de financiamento | | |
| Coligadas, controladas ou controladoras | (68.229) | (88.752) |
| Dividendos pagos | (75.481) | - |
| Empréstimos e financiamentos - ingressos | 419.249 | 167.334 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos | (367.120) | (198.929) |
| | (91.581) | (120.347) |
| Caixa aplicado nas atividades de financiamento | | |
| Aumento nas disponibilidades | 418 | 7.253 |
| Disponibilidades no final do exercício | 16.217 | 15.799 |
| Disponibilidades no início do exercício | 15.799 | 8.546 |
| | 418 | 7.253 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 |
|--|------------------|------------------|
| Geração do valor adicionado | 1.191.975 | 909.352 |
| Receita operacional | 1.142.213 | 927.938 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (14.587) | (7.986) |
| Juros sobre capital próprio | 40.000 | - |
| Créditos fiscais diferidos | 25.152 | - |
| Não operacional | (803) | (10.600) |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | (445.313) | (372.976) |
| Custos da energia comprada | (283.717) | (246.006) |
| Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema | (79.732) | (70.944) |
| Material | (16.776) | (13.872) |
| Serviços de terceiros | (53.421) | (39.132) |
| Outros custos operacionais | (11.667) | (3.022) |
| Valor adicionado bruto | 746.662 | 536.376 |
| Depreciações e amortizações | (59.824) | (54.963) |
| Valor adicionado líquido gerado | 686.838 | 481.413 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.206 | 2.690 |
| Receitas financeiras | 61.592 | 39.919 |
| Valor adicionado total a distribuir | 749.636 | 524.022 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Remuneração do trabalho | 47.117 | 46.367 |
| Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS) | 4.877 | 4.489 |
| Impostos, taxas e contribuições | 389.867 | 296.653 |
| Despesas financeiras | 141.597 | 80.719 |
| Aluguéis | 2.245 | 2.011 |
| Dividendos propostos | 147.225 | 17.031 |
| | 732.928 | 447.270 |
| Lucro do exercício após dividendos | 16.708 | 76.752 |
| | | |



enersul
energias do brasil

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Companhia Aberta - CNPJ nº 15.413.826/0001-50



Demonstrações Financeiras 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

A EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de geração e distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos válidos até dezembro de 2027 e atua em 73 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que dentro dos 328.316 km² da área de concessão, a Companhia atende a 92% da área total do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

2 - Concessões

A concessionária detém, junto à ANEEL, a seguinte concessão de geração em operação:

| Usina Termelétrica | Capacidade (MW) (*) | | Data | |
|--------------------|---------------------|------------|------------|------------|
| | Instalada | Assegurada | Concessão | Vencimento |
| Em operação: | | | | |
| Porto Murinho | 3,75 | — | 04/12/1997 | 03/12/2027 |
| | 3,75 | — | | |

(*) Não auditado.

Esta usina permaneceu na Enersul após a desverticalização, devido a sua desativação ocorrida em janeiro de 2006.

3 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas informações trimestrais anteriores e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, publicadas em 25 de fevereiro de 2005.

Para a compatibilização aos critérios do grupo a qual pertence e à melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, as alterações a seguir foram implementadas a partir do 2º trimestre de 2005, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2005 e 2004:

• Os encargos relativos à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e Taxa de fiscalização, que estavam classificados na rubrica "Outras despesas operacionais", foram reclassificados para o grupo de "Custos de operação", e a Provisão para créditos de liquidação duvidosa de "Custos de operação" para "Despesas com vendas".

4 - Principais práticas contábeis

4.1 - Demonstrações financeiras

a) Títulos a receber

Estão registrados ao custo acrescido das respectivas remunerações contratadas, até a data do balanço. Os títulos a receber são representados por Contratos Particulares de Cessão de Créditos, correspondentes a precatórios recebidos de diversas Prefeituras Municipais.

b) Consumidores e concessionárias incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);

(iii) Os saldos a receber relativos à recomposição tarifária extraordinária - perda de receita e energia livre (Nota 7.1);

(iv) O crédito decorrente do diferimento da revisão tarifária ordinária, de 08 de abril de 2003, foi complementada em função da definição em 2005, do índice de reposicionamento tarifário de 2003 (Nota 6.2); e

(v) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no imobilizado.

d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAAE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras (Nota 25).

O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

As Obrigações Vinculadas à Concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

e) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Fornecedores

Inclui o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e o saldo de Energia Livre a pagar a geradores de energia elétrica.

g) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidas dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidas e/ou reduzidas dos ganhos e perdas das operações de Swap, incorridos até a data do balanço.

h) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

j) Fundo de pensão

A Companhia é patrocinadora da Fundação Enersul, que administra o fundo de pensão para seus colaboradores.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2005.

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

l) Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Crédito decorrente do diferimento da revisão tarifária;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisão para contingências; e
- Planos de aposentadoria e pensão.

m) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo baseada nos resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

4.2. Informações contábeis consolidadas

Em decorrência dos processos de reorganização societária e desverticalização realizados nos trimestres precedentes e descritos na nota 31, a partir deste exercício a Companhia deixou de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

5 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os Ativos e Passivos Regulatórios contidos no Balanço Patrimonial:

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | |
|---|-------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
| Consumidores e concessionárias: | | | | |
| Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita (Nota 7.1) | 28.351 | 24.011 | 24.994 | 39.147 |
| Recomposição tarifária extraordinária - energia livre (Nota 7.1) | 12.320 | 10.434 | 8.996 | 16.926 |
| Desconto na TUSD | 626 | — | 209 | — |
| PIS e COFINS das geradoras | 280 | — | — | — |
| Forn. não faturado - diferimento tarifário (Nota 6.2) | 147.888 | 55.896 | — | 20.664 |
| Despesas pagas antecipadamente: | | | | |
| PIS - majoração de alíquota (Nota 8.2) | — | — | 11.008 | 7.565 |
| COFINS - Majoração de alíquota (Nota 8.2) | — | — | 38.341 | 22.677 |
| Parcela "A" (Nota 7.2.1) | — | — | 52.853 | 44.395 |
| CVA - ativa (Nota 8.1) | 25.274 | 42.951 | 4.957 | 11.174 |
| (-) CVA - passiva (Nota 8.1) | (10.579) | (10.586) | (1.750) | (2.757) |
| Total de ativos regulatórios | 204.160 | 122.706 | 139.608 | 159.791 |
| Fornecedores: | | | | |
| Energia livre (Nota 7.1) | (13.674) | (10.678) | (8.996) | (16.926) |
| PIS e COFINS das geradoras (Nota 15) | (229) | — | — | — |
| Total de passivos regulatórios | (13.903) | (10.678) | (8.996) | (16.926) |
| Total ativos (-) passivos regulatórios | 190.257 | 112.028 | 130.612 | 142.865 |

6 - Consumidores e concessionárias

| | Saldos Vincendos | | Vencidos até 90 Dias | | Vencidos há mais de 90 Dias | | Total Curto Prazo | | Total Longo Prazo | |
|---|------------------|------------|----------------------|------------|-----------------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
| | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
| Consumidores | | | | | | | | | | |
| Residencial | 17.529 | 22.067 | 10.846 | 50.442 | 37.811 | — | — | — | — | — |
| Industrial | 4.971 | 4.156 | 4.087 | 13.214 | 11.595 | — | — | — | — | — |
| Comércio, serviços e outras atividades | 7.996 | 9.270 | 16.001 | 33.267 | 23.945 | — | — | — | — | — |
| Rural | 1.017 | 4.704 | 1.447 | 7.168 | 5.174 | — | — | — | — | — |
| Poder público: | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Federal | 773 | 511 | 1.492 | 2.776 | 2.017 | — | — | — | — | — |
| Estadual | 2.324 | 1.761 | 33 | 4.118 | 4.895 | — | — | — | — | — |
| Municipal | 2.520 | 694 | 340 | 3.554 | 2.904 | — | — | — | — | — |
| Iluminação pública | 3.141 | 679 | 342 | 4.162 | 6.128 | — | — | — | — | — |
| Serviço público | 1.355 | 102 | 27 | 1.484 | 2.800 | — | — | — | — | — |
| Parcelamentos de débitos | 26.566 | 575 | 3.674 | 30.815 | 22.963 | — | — | — | — | — |
| (-) Arrecadação em processo | | | | | | | | | | |
| de classificação | 2.854 | — | — | 2.854 | 2.303 | — | — | — | — | — |
| Outros créditos | 6.847 | 1.425 | 902 | 9.174 | 12.009 | 7.247 | 7.911 | — | — | — |
| Fornecimento não faturado | 43.653 | — | — | 43.653 | 37.532 | — | — | — | — | — |
| Ativo regulatório: | | | | | | | | | | |
| Forn. não faturado - diferimento tarifário | 147.888 | — | — | 147.888 | 55.896 | — | 20.664 | — | — | — |
| Perdas de receita | 28.351 | — | — | 28.351 | 24.011 | 24.994 | 39.147 | — | — | — |
| Energia livre | 12.320 | — | — | 12.320 | 10.434 | 8.996 | 16.926 | — | — | — |
| Desconto na TUSD | 626 | — | — | 626 | — | 209 | — | — | — | — |
| PIS e COFINS das geradoras | 280 | — | — | 280 | — | — | — | — | — | — |
| Total | 311.011 | 45.944 | 39.191 | 396.146 | 262.417 | 41.446 | 84.648 | — | — | — |
| Concessionárias | | | | | | | | | | |
| Suprimento - convencional | 45 | — | — | 45 | 260 | — | — | — | — | — |
| Energia de curto prazo | 1.075 | — | — | 1.075 | 367 | 2.495 | 3.068 | — | — | — |
| Outros | 6 | — | — | 6 | 107 | — | — | — | — | — |
| Total | 1.126 | — | — | 1.126 | 734 | 2.495 | 3.068 | — | — | — |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | — | — | — | (35.374) | (35.374) | (23.469) | — | — | — | — |
| Encargos de uso da rede elétrica | 1.699 | — | — | 1.699 | 1.189 | — | — | — | — | — |
| Total | 313.836 | 45.944 | 3.817 | 363.597 | 240.871 | 43.941 | 87.716 | — | — | — |

6.1 - Energia de curto prazo

| | Ativo | | Passivo | |
|---------------------------------|---------|---------|--------------------------------|--|
| | Venda | Compra | Encargos de Serviço de Sistema | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2004 | 3.435 | 876 | 322 | |
| Acréscimos | 4.837 | 4.603 | 2.470 | |
| Liquidações | (4.702) | (5.479) | (2.187) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2005 | 3.570 | — | 605 | |

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargo de serviço de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Fornecimento não faturado - diferimento tarifário

Em decorrência da primeira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da ENERSUL, em 08 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 42,26%, dos quais 32,59% foram aplicados sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 08 de abril de 2003, ficando a diferença para ser recuperada em quatro parcelas de R\$ 55.253, nos anos de 2004 a 2007.

Em 08 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 43,59% e redistribuiu o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$ 28.389 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Em 08 de abril de 2005, a ANEEL alterou, novamente, esse percentual, agora em caráter definitivo, para 50,81% redistribuindo o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$ 46.601 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Essa alteração resultou no aumento da receita do exercício no montante de R\$ 169.533. O montante relativo ao citado parcelamento está sendo registrado ano a ano no ativo circulante e no realizável a longo prazo e será recuperado pela inclusão nas contas de energia elétrica no período iniciado em 08 de abril de 2004 e findo em 07 de abril de 2008. O reposicionamento tarifário relativo à primeira revisão tarifária periódica da ENERSUL foi homologado em caráter definitivo, conforme Resolução 072/ANEEL, de 06/04/05, concluindo o processo da primeira revisão tarifária periódica da ENERSUL. O efeito líquido da revisão tarifária no resultado do exercício foi de R\$ 101.482. No exercício de 2005 foi amortizado o valor de R\$ 98.205.

Ainda em 08 de abril de 2005, em decorrência do reajuste tarifário previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da ENERSUL, a ANEEL fixou o reajuste tarifário da Companhia resultando em aumento de 20,69%, composto de 7,36% de IRT, 9,92% de parcelamento da diferença da primeira revisão tarifária periódica, 3,41% de CVA aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 08 de abril de 2005.

7 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo Geral do Setor Elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do Acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratadas;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando, ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia Livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de Receita, Energia Livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais e rurais (exceto os de baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perdas de Receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (Nota 16).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$ 35.073 o montante de Energia Livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2



enersul energias do brasil

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Companhia Aberta - CNPJ nº 15.413.826/0001-50



Demonstrações Financeiras 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 - Impostos e contribuições sociais

| | 31/12/2005 | | 31/12/2004 | |
|--|---------------|--------------|---------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Compensáveis - Ativo | | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes | 14.116 | - | 12.234 | - |
| ICMS | 12.440 | 9.912 | 9.401 | 285 |
| PIS e COFINS | 1.311 | - | 758 | - |
| Outros | 2.955 | - | 2.837 | - |
| Total | 30.822 | 9.912 | 25.230 | 285 |
| A Recolher - Passivo | | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes | | | 6.687 | - |
| ICMS | 19.749 | - | 21.104 | - |
| PIS e COFINS | 6.434 | - | 7.955 | - |
| Outros | 8.935 | - | 1.871 | - |
| Total | 35.118 | - | 37.617 | - |

O Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS de curto prazo, incluem o montante de R\$ 226 (R\$ 9.142 em 2004), referente a tributação da recomposição tarifária extraordinária - RTE que, de acordo com o Parecer COSIT nº 26/2002, estabeleceu a exigibilidade de tributação quando do efetivo ressarcimento dessas receitas.

10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

10.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
| IR sobre Prejuízos Fiscais | 11.798 | 8.365 | 88.510 | 91.856 |
| CS sobre Base Negativa | 4.247 | 3.059 | 24.473 | 20.745 |
| IR e CS sobre Demais Adições Temporárias | 16.112 | 1.157 | 23.601 | 11.565 |
| IR e CS sobre Crédito Fiscal Incorporado - Ágio | 6.280 | - | 105.237 | - |
| Total | 38.437 | 12.581 | 241.821 | 124.166 |

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos está demonstrada, a seguir:

| Circulante | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Realizável longo prazo |
|------------|------|--------|--------|--------|--------|------------------------|
| | | 38.437 | 97.225 | 74.491 | 25.532 | 25.893 |

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2005, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelos Conselhos Fiscal e de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora anterior Magistra Participações S.A., e representa o ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Enersul, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$ 5.069 até o ano de 2027.

10.1.2 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao Ágio, mencionado na nota 10.1.1, será realizado financeiramente até 2027, em consonância com as normas de amortização aplicáveis a contratos de concessão de bem público.

10.1.3 - Créditos não contabilizados

| Expectativa de realização | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|---------------------------|------------|---------------|
| Imposto de Renda | - | 14.957 |
| Contribuição Social | - | 4.541 |
| Total | - | 19.498 |

10.2 - Passivo

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Imposto de Renda | 44.499 | 24.208 |
| Contribuição Social | 16.019 | 8.715 |
| PIS | 1.470 | 1.638 |
| COFINS | 6.761 | 7.543 |
| Total | 68.749 | 42.104 |
| Passivo circulante | 60.938 | 14.898 |
| Exigível a longo prazo | 7.811 | 27.206 |

11 - Partes relacionadas - curto e longo prazo

| Parte relacionada | Ativo | | Passivo | | Despesas no exercício | |
|--------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 2005 | 2004 |
| Escelsa | 220 | 191 | 4.935 | 2.025 | - | - |
| EDP - Energias do Brasil | - | - | 77 | - | - | - |
| Magistra | - | - | - | 66.063 | - | - |
| Energest | 508 | - | 87 | - | - | - |
| Enertrade | - | - | 10.144 | 10.049 | 69.706 | 63.471 |
| Escelsapar | - | - | 65 | 148 | - | - |
| Pantanal | 3.620 | - | 10.775 | - | 10.746 | - |
| Costa Rica | 51 | - | 810 | 869 | 9.454 | 8.565 |
| CESA | 154 | 15 | 1.279 | - | 14.638 | 12.953 |
| Bandeirante | - | - | - | - | 415 | - |
| Total | 4.553 | 206 | 28.172 | 79.154 | 104.959 | 84.989 |

Enertrade - Em 23 de dezembro de 2002, a ENERSUL assinou com a ENERTRADE - Comercializadora de Energia S.A., contrato de compra e venda de energia elétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012, contemplando 35 MW médios, ao preço de R\$ 80,21 / MWh.

O preço avençado, na base abril de 2002, foi estabelecido de acordo com as regras sobre o Valor Normativo - VN, constantes da Resolução ANEEL nº 248, de 06 de maio de 2002, aplicável ao contrato à época em que foi celebrado e submetido a registro na ANEEL.

No processo da 1ª Revisão Tarifária Periódica, em abril de 2003 a ENERSUL apresentou o contrato com a ENERTRADE com o preço atualizado para março de 2003, ou seja, R\$ 104,74/MWh, definido com base na legislação vigente, pleiteando seu repasse para as tarifas de fornecimento. Entretanto, a ANEEL reconheceu como preço limite de repasse o valor de R\$ 84,33/MWh, na base março de 2003, equivalente à média de preços para a Região Sudeste, em contratos de 6 (seis) anos, verificada no leilão das geradoras federais ocorrido em 2002.

Em 25 de abril de 2003, a ENERSUL interpôs recurso administrativo junto à ANEEL, onde defendeu a aplicação integral dos valores contratados, para fins de reconhecimento na tarifa, utilizando-se dos seguintes argumentos:

- (i) ausência de base normativa para o reconhecimento de apenas R\$ 84,33/MWh;
 - (ii) o custo de compra de energia elétrica limitado pela metodologia do VN deve ser repassado às tarifas de energia elétrica conforme determinam as 5ª e 6ª sub-cláusulas, da cláusula 7ª, do Contrato de Concessão.
- Através do Ofício nº 1769 da SFF/ANEEL, de 29 de outubro de 2003, a ANEEL não aprovou o contrato da ENERSUL. Confirmando o entendimento anterior, de fixação de limite de repasse inferior ao VN, estabeleceu o preço máximo de contratação de R\$ 79,48/MWh, na base de março de 2003, para a Concessionária.

Em 05 de março de 2004, por decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.007.806-5/DF, os efeitos do referido Ofício foram sobrestados para que a ANEEL considerasse o contrato aprovado para todos os fins de direito. Embora a decisão judicial tenha garantido a aprovação do contrato, a ANEEL manteve o limite de repasse por ela determinado.

No reajuste tarifário de 2005 o limite de repasse determinado foi atualizado pela ANEEL pelo IGP-M, resultando no valor de R\$ 92,81/MWh para a ENERSUL, vigente a partir de 8 de abril.

As diferenças de preços em questão, até 31 de dezembro de 2005, alcançaram os montantes de R\$ 8.951 (R\$ 7.910 em 2004), refletidos nas despesas operacionais.

Aguardam-se, desta forma, decisões administrativas do recurso interposto, cabendo, em caso de indeferimento, a busca de soluções judiciais.

Pantanal - Em 1º de agosto de 2005 a Companhia celebrou dois contratos de compra e venda de energia elétrica com a Coligada, referente às Usinas Hidrelétricas oriundas da reestruturação da ENERSUL, realizada com base na Resolução Autorizativa ANEEL nº 64, de 25/04/05 a saber:

a) Contrato relativo a 25% da parcela remanescente da redução imposta pela Lei 9.648/98 aos chamados Contratos Iniciais, introduzidos pela Res. ANEEL 267/98, contemplando o suprimento, a partir de 01 de agosto de 2005, de 27.532,500 MWh ao preço estimado de R\$ 68,34/MWh, com vigência até 31 de dezembro de 2005.

Este contrato foi aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 174, de 27/01/06, o qual definiu os novos preços a serem praticados de energia R\$ 79,11/MWh e demanda R\$ 2,73/kW, a valores de abril/05, nos termos do Memorando nº 046/2006-SRE, de 19 de janeiro de 2006.

b) Contrato oriundo de uma Chamada Pública para a compra de energia elétrica proveniente de geração distribuída, realizada em 18 de agosto de 2005 pela ENERSUL, em atenção ao Art. 15 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2005, evento divulgado

16 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Moeda estrangeira | Custo da Dívida | 31/12/2005 | | Principal | | 31/12/2004 | | Principal | |
|---|--------------------------------|---------------|-------------|----------------|----------------|--------------|-------------|----------------|----------------|
| | | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| | | | | | | | | | |
| BNDES | 4,0% + taxa variável + UMBNDES | 16 | - | 1.874 | 1.561 | 30 | - | 2.180 | 3.996 |
| EUROPEAN INVEST BANK | Libor tri+4,0% a 5,0% + V.C. | 107 | - | 6.895 | 10.853 | 126 | - | 7.818 | 20.125 |
| STN | Libor sem+6,2% a 8,2% +V.C. | 318 | - | 2.265 | 24.886 | 336 | - | 2.956 | 30.791 |
| BRADESCO (a) | 4,82% + V.C. | 15 | - | 6.736 | - | 805 | - | 6.228 | - |
| UNIBANCO (b) | 1% a 5,0% + V.C. | 70 | 56 | 1.251 | 14.800 | 166 | 36 | 6.360 | 1.646 |
| BBAFMO (c) | 8,9% + V.C. | 76 | - | 1.268 | 1.268 | 194 | - | 3.594 | 2.876 |
| ITÁU BBA (d) | 3% a 4,6% + V.C. | 399 | - | 9.470 | 11.592 | 950 | - | 36.643 | - |
| SANTANDER (e) | 3,8% a 4,7% +V.C. | 111 | 176 | 10.031 | 9.668 | 41 | - | 27.263 | - |
| Subtotal | | 1.112 | 232 | 39.790 | 74.428 | 2.648 | 36 | 93.042 | 59.434 |
| Moeda nacional | | | | | | | | | |
| Eletrobrás | 6,0% a 8,0% | 94 | - | 4.162 | 45.708 | 100 | - | 7.191 | 32.812 |
| BNDES | TJLP + 3,85% a 4,0% | 206 | - | 24.474 | 24.330 | 303 | - | 24.006 | 47.933 |
| Banco Safra | 107,0% CDI | 48 | - | 19.828 | - | 23 | - | 19.828 | - |
| BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária | SELIC+1,0% | 192 | - | 12.053 | 55.846 | 382 | - | 13.644 | 67.557 |
| BNDES - CVA | SELIC+1,0% | 10 | - | 1.144 | - | 180 | - | 15.212 | 5.713 |
| ITÁU BBA -2005 | 2,28% a 2,4% | 5.746 | - | 18.000 | 92.000 | - | - | - | - |
| Fundação Enersul | 10% | 95 | - | 5.306 | 9.805 | 202 | - | 3.999 | 13.960 |
| Contas Garantidas | 104,7% a 106,5% CDI | 131 | - | 14.760 | - | 50 | - | 29.228 | - |
| Banco do Brasil - FCO | 11,2% | 242 | - | 3.280 | 22.685 | 277 | - | 3.333 | 26.389 |
| Santander CDI | 110,0% CDI | 3.344 | - | 76.085 | - | - | - | - | - |
| Alfa Compror | 104,7% a 108,5% CDI | 1.273 | - | 53.899 | - | - | - | - | - |
| Subtotal | | 11.381 | - | 232.991 | 250.374 | 1.517 | 36 | 116.441 | 194.364 |
| SWAP | | | | | | | | | |
| BRADESCO (a) | 114% CDI e CDI + 1% | - | - | (204) | - | - | - | 1.274 | - |
| UNIBANCO (b) | 3,00% + CDI e 110% CDI | - | - | 877 | 1.096 | - | - | 1.572 | 340 |
| BBAFMO (c) | 0,95% + CDI | - | - | 1.145 | 817 | - | - | 1.973 | 931 |
| ITÁU BBA (d) | 109% a 110% CDI e 2,10% + CDI | - | - | 1.591 | 489 | - | - | 7.966 | - |
| SANTANDER (e) | 109% a 110,5% CDI | - | - | 177 | 724 | - | - | 1.068 | - |
| Subtotal | | - | - | 3.586 | 3.126 | - | - | 13.853 | 1.271 |
| Total | | 12.493 | 232 | 276.367 | 327.928 | 4.165 | 36 | 223.336 | 255.069 |

BNDES (Moeda estrangeira) - Contrato assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$ 6.663, com recursos do BNDES, através do Banco ALFA como Líder e participação do Itaú BBA, amortização em 36 parcelas mensais e juros de 4%, indexado a Cesta de Moedas (UMBNDDES+Taxa de Juros Variável + Imposto de Renda), com término em outubro de 2007, com garantias em Recebíveis e Nota Promissória.

European Invest Bank - Nº IE0.63/01 - Contrato assinado em abril de 2000, linha de crédito de US\$ 15.000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, amortização em 11 parcelas semestrais, juros de libor trimestral acrescida de 5,0% ao ano, atualizado pela taxa cambial e término em junho de 2008, com garantias em Nota Promissória e Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. - Nº OB1.63/01 - Contrato assinado em fevereiro de 2001, linha de crédito de US\$ 1.200, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, amortização em 11 parcelas semestrais, juros de libor trimestral acrescida de 4,0%, atualizado pela taxa cambial e término em março de 2009, com garantias em Nota Promissória e Aval da EDP - Energias do Brasil S.A.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN - (DMLP Dívida de Médio e Longo Prazo) - Contrato assinado em março de 1997, no valor US\$ 14.616, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88, 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional, e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993. Objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções 98/92, 90/93 e 132/93. Atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis libor semestral acrescida de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% mais comissão de 0,2%, com amortização semestrais e término em abril de 2024, com garantias em Aval do Governo do Estado, Receita Própria e Caução de parte da dívida.

através de publicação no jornal de maior circulação e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo vencedora a PANTANAL, naquele ato representada pela ENERGEST S.A. contemplando 69.852 MWh, ao preço de R\$ 62,10/MWh. Contrato este ainda em fase de homologação pela ANEEL.

Costa Rica - Em 1º de março de 1999 foi firmado contrato de compra e venda de energia elétrica entre a ENERSUL e a Costa Rica Energética Ltda., contemplando o suprimento de 10,33 MW médios, com vigência até 03 de dezembro de 2027.

Embora o contrato ainda esteja em fase de homologação pela ANEEL, foi reconhecido, pela Agência, no reajuste tarifário da ENERSUL de 2005, vigente a partir de 08 de abril de 2005, o preço de R\$ 122,44/MWh.

(*) Os valores referenciados aos preços de MWh estão expressos em unidades de reais sem ICMS.

CESA - Em 1º de novembro de 2002 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Coligada, referente a PCH Paraíso I, contemplando o suprimento, a partir de 17 de fevereiro de 2004, de 13,42 MW médios ao preço de R\$ 96,74/ MWh, com vigência até 23 de dezembro de 2029.

Aditado em 27 de outubro de 2003 e 27 de julho de 2004, e aprovado em 23 de fevereiro de 2005 por meio do Despacho ANEEL nº 234/2005, o contrato teve atualizados: (i) o preço que passou a ser de R\$ 110,38/MWh, base março de 2003; (ii) a quantidade que passou a ser de 13,25 MW médios, definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 36/2004; e (iii) a vigência, que passou para 03 de dezembro de 2027.

No reajuste tarifário, vigente a partir de 08 de abril de 2005, a ANEEL atualizou o preço pelo IGP-M resultando no valor de R\$ 129,78/MWh.

12 - Cauções e depósitos vinculados a litígios

O saldo desses ativos apresentam a seguinte totalização:

| Classificação/espécie | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|--|---------------|---------------|
| Realizável a longo prazo | | |
| Depósitos judiciais (Nota 19) | 58.484 | 43.246 |
| Títulos caucionados - Secretaria do Tesouro Nacional | 6.261 | 5.391 |
| Total | 64.745 | 48.637 |

13 - Investimentos

A posição dos investimentos é a seguinte:

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|---|------------|--------------|
| Participações societárias: | | |
| Avaliadas por equivalência patrimonial: | | |
| Costa Rica Energética Ltda. | - | 9.524 |
| Total | - | 9.524 |

Em 31 de julho de 2005, conforme descrito na nota 31, foi implementada a segunda etapa do processo de reorganização societária, que teve por objetivo segregare as atividades de distribuição, transmissão e geração da controlada Enersul, em atendimento às regras de desverticalização estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A desverticalização compreendeu a cisão da Enersul com versão dos acervos cindidos para a Enersul S.A. e para a Pantanal Energética Ltda.

Essas operações foram efetuadas com base nos valores contábeis das Companhias, conforme laudos de avaliação de peritos independentes, na data-base de 30 de abril de 2005, cujo patrimônio líquido cindido



enersul energias do brasil

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Companhia Aberta - CNPJ nº 15.413.826/0001-50



Demonstrações Financeiras 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de ativos e passivos, sendo atualizado a 110% do CDI, com garantia em Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. **C15.63/01** - Contrato de setembro de 2005, valor US\$ 2.145, juros de 4,00% ao ano, amortização parcela única em janeiro de 2008 e juros semestrais, operação com swap, com finalidade de proteger contra riscos financeiros, oriundos de variações de ativos e passivos, sendo atualizado a 109% do CDI. Término em janeiro de 2008. - **E15.63/02** - Contrato de setembro de 2005, no valor US\$ 1.413, juros de 4,62% ao ano, amortização em parcela única em janeiro de 2008 e juros semestrais, operação com swap, com finalidade de proteger contra riscos financeiros, oriundos de variações de ativos e passivos, sendo atualizado a 109% do CDI. Término em janeiro de 2008. - **G15.63/01** - Contrato de setembro de 2005, valor US\$ 1.394, juros 4,54% ao ano, amortização parcela única em janeiro de 2008 e juros semestrais, operação com swap, com finalidade de proteger contra riscos financeiros, oriundos de variações de ativos e passivos, sendo atualizado a 109% do CDI. Término em janeiro de 2008.

Banco Santander - Contratos nº 101286704 e nº 101248704 assinados em novembro de 2004, no valor de US\$ 20.000, renovação da operação vencida em 25 de novembro de 2005, nº **1073623**, com juros de 3,8% ao ano, vencimentos de principal e encargos em março de 2006. Para este empréstimo foi realizada operação de swap, com finalidade de proteger contra riscos financeiros, oriundos de variações de ativos e passivos, sendo atualizado a 109% CDI, com garantia em Nota Promissória. - **COMPROR nº 150124605** - Contrato de Abertura de Crédito assinado em julho de 2005, valor US\$ 6.400. Em julho de 2005 foi liberado R\$ 7.806 equivalente a US\$ 3.285, juros 4,10% ao ano, com vencimentos de principal e encargos anuais. - **Nº 150144505** - Contrato assinado em agosto de 2005, liberado o valor R\$ 4.405 equivalente a US\$ 1.854, com juros de 4,70% ao ano, amortização de principal e encargos em parcelas únicas anuais. - Em agosto liberado R\$ 2.427 equivalente a US\$ 1.056, juros 4,70% ao ano, com vencimentos de principal e encargos em parcelas únicas anuais. Para estes empréstimos foi realizada operação de swap, com finalidade de proteger contra riscos financeiros, oriundos de variações de ativos e passivos, sendo atualizado a 110,50% CDI. Término em junho de 2008, com garantia em Nota Promissória.

ELETRÓBRÁS - IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundo de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletificação à Concessionária, amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano, término em maio de 2022. **Empréstimos de Capitalização e Financiamentos ECF-1975/00** - Valor R\$ 25.608, recursos para financiamento do Programa de Eletificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, juros 6% a.a., com término em 30/07/2012. **ECF-2162/02** - Valor R\$ 1.500 recursos para financiamento do Programa de Eletificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 2ª etapa, juros 6% a.a., com término em 30/06/2015. **ECFS-024-B/2005** - Valor R\$ 18.103, restado a liberação de R\$ 12.840, para financiamento do Programa Nacional de Eletificação Rural, que integra o Programa de Universalização - "Luz para Todos" - MME - equivalente a 39,67% do custo total das obras, amortização de 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, juros de 6% ao ano, com término em 30/06/2016, com garantia em Receita e Nota Promissória. **ECFS-097/05** - Valor R\$ 19.642, liberado R\$ 5.893, para financiamento da 2ª Tranche do Programa Nacional de Eletificação Rural, que integra o Programa de Universalização - "Luz para Todos" - MME - equivalente a 45,3% do custo total das obras, amortização de 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, juros de 6% ao ano, com término em 30/11/2017. **ECF-2480/05** - Valor R\$ 893, liberado R\$ 89, implementação do Programa Luz para Todos, através da Adequação da Subestação de 138 kV da Fazenda Itamarati, para atender o Assentamento Itamarati, amortização em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, juros de 7% ao ano. Término 30/11/2012, todos os **ECF's** com garantia em Receita e Nota Promissória.

BNDES - Contrato assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$ 27.084 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA com Líder e participação do Banco Itaú BBA. Amortização em 36 parcelas mensais e juros de 4%, indexação da TJLP, com término em setembro de 2007 com garantia em Recebíveis e Nota Promissória.

Banco Safra S.A. - Convênio para concessão de empréstimos -COMPROR, 27/06/05 com limite de crédito de R\$ 20.000, juros de 107% do CDI e vencimento em abril de 2006, com garantia em Nota Promissória.

BNDES - Contrato assinado em julho de 1999, no montante de R\$ 73.300, para financiamento de obras, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco UNIBANCO como Líder, com participação do Banco Itaú BBA e Banco ALFA, amortização em 78 parcelas mensais e juros de 3,85%, indexação da TJLP, com término em fevereiro de 2008, com garantia em Recebíveis.

BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 100.767, equivalentes a 90% do valor da Perda de Receita e Conta de Compensação de Variação de Tens da Parcela "A" de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (nota 7). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da Selic. A parcela de crédito no valor original de R\$ 78.085 e respectivos juros está sendo amortizada mensalmente desde março de 2002, em 67 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de setembro de 2007 e a parcela de crédito no valor original de R\$ 22.682 deverá ser amortizada em 15 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2008 e, durante a carência, os juros estão sendo integralizados ao principal do empréstimo. Ambos apresentam garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,63% do faturamento mensal da Companhia.

BNDES - CVA - Contrato firmado em dezembro de 2003, em consonância com o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica conforme Lei nº 10.762/03. Destina-se a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação dos mecanismos de compensação das variações dos itens da Parcela "A", para os reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004. No exercício de 2003 foram liberados recursos no montante de R\$ 22.405 e, em 2004 R\$ 5.711. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da Selic, capitalizados no dia 15 de cada mês desde a data da liberação dos recursos até o dia 15 de abril de 2004 e exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de maio de 2004, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de abril de 2006, com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 2,97% do faturamento mensal da Companhia.

Itaú BBA - IBS.01/02 - Contrato assinado em fevereiro de 2005, no valor de R\$ 30.000, sendo atualizado com CDI + 2,4% ao ano, com vencimento de principal em parcelas semestrais a partir de julho de 2008 e encargos em parcelas semestrais a partir de julho de 2005, com término em janeiro de 2010, com garantia em Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. **FC5.01/01** - Contrato assinado em março de 2005, no valor de R\$ 35.000, sendo atualizado com CDI + 2,4% ao ano, com vencimento de principal em parcelas semestrais a partir de dezembro de 2008 e encargos em parcelas semestrais a partir de dezembro de 2005, com término em junho de 2010, com garantia em Aval da EDP Energias do Brasil S.A. **HC.01/01** - Contrato assinado em março de 2005, no valor de R\$ 15.000, sendo atualizado com CDI + 2,4% ao ano, com vencimento de principal em parcelas semestrais a partir de agosto de 2008 e encargos em parcelas semestrais a partir de agosto de 2005, com término em fevereiro de 2010, com garantia em Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. e **VC5.01/03** - Contrato assinado em março de 2005, no valor de R\$ 30.000, sendo atualizado com CDI + 2,28% ao ano, com vencimento de principal em parcelas semestrais a partir de abril de 2006 e encargos em parcelas semestrais a partir em outubro de 2005, com término em outubro de 2007, com garantias em Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. e Cessão Fiduciária de Títulos Públicos - Cedente Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA.

Fundação Enersul 02/97 - Instrumento de Repactuação e Parcelamento de dívida consolidada até fevereiro de 1997, para regularização das contribuições vencidas da Enersul, contrato assinado em junho de 1997, no montante de R\$ 13.157, amortização em 120 parcelas mensais e juros de 10% ao ano, indexação INPC, término em junho de 2008, com garantia em Nota Promissória.

Contas Garantidas - Referem-se a empréstimos obtidos junto a diversas instituições financeiras nacionais, para cobertura do fluxo de caixa operacional, com taxa de juros média de 104,89% do CDI, com garantias em notas promissórias.

Banco do Brasil - FCO - Contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000, amortização em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, juros de 11,1987% ao ano, término em novembro de 2013, com garantias em Aval da EDP - Energias do Brasil S.A. e Interveniência Bancária.

Banco Santander - Contratos nºs 150076605, 150077105, 150080305, 150083205, 150085705, 150089405 - assinados em junho de 2005, no valor de R\$ 22.000, sendo atualizado a 110% CDI, com vencimento de principal e encargos em parcela final em julho de 2006. **Contratos Renegociação** em 01 dezembro de 2005 no valor de R\$ 54.930, em parcela única com juros de 108,80% CDI. Término em maio de 2006, com garantia em Nota Promissória.

Banco Alfa - Contrato de Crédito Rotativo nº 257003851 - assinado em julho de 2005, valor R\$ 11.200, juros de 108,5% ao ano, amortização do principal parcela única em janeiro de 2006 e pagamentos mensais de juros, com garantia em Nota Promissória. - **COMPROR - nºs 257003868, 257003900** - Contratos assinados em julho de 2005, montante de R\$ 8.340, juros de 108,50% ao ano do CDI, amortização de principal e juros em janeiro de 2006. **nºs 256004480, 256004487, 256004513 e 356004542** - Contratos assinados em novembro de 2005, no montante de R\$ 19.517, com pagamento de juros mensal de 104,74% ao ano do CDI e amortização de principal em parcela única em fevereiro de 2006. **nºs 256004713, 256004732 e 256004754** - Contratos assinados em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.842, com amortização de principal e juros em parcela única em março de 2006, juros de 104,74% ao ano do CDI, com garantia em Nota Promissória.

Os vencimentos das parcelas de principal e encargos estão descritos a seguir:

| Vencimento | Tipo de moeda | | Total |
|-------------|---------------|-------------|---------|
| | Nacional | Estrangeira | |
| Circulante | | | |
| 2006 | 244.372 | 44.488 | 288.860 |
| Longo Prazo | | | |
| 2007 | 66.885 | 33.501 | 100.386 |
| 2008 | 72.428 | 22.993 | 95.421 |
| 2009 | 48.870 | 1.968 | 50.838 |
| 2010 | 28.871 | 1.502 | 30.373 |
| 2011 | 8.871 | 1.502 | 10.373 |
| 2012 | 7.812 | 1.105 | 8.917 |
| 2013 | 6.043 | 709 | 6.752 |
| 2014 | 3.037 | 353 | 3.390 |
| Após 2014 | 7.557 | 14.153 | 21.710 |
| Total | 250.374 | 77.786 | 328.160 |
| | 494.746 | 122.274 | 617.020 |

21 - Patrimônio líquido

21.1 - Capital social

| Acionistas | Ordinárias | | % | Preferenciais A | | % | Preferenciais B | | Total | % |
|-----------------------------------|----------------|----------------|--------|-----------------|--------|----------------|-----------------|----------------|--------|---|
| | | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2004: | | | | | | | | | | |
| Magistra Participações S/A | 18.235.393.841 | | 87,86 | 261.354.375 | 76,39 | 16.147.717.080 | 50,40 | 34.644.465.296 | 65,20 | |
| Wisteria Holdings LLC | 987.535.822 | | 4,76 | 9.995.875 | 2,92 | 10.246.513.384 | 31,98 | 11.244.045.081 | 21,16 | |
| Empresa Eléctrica Pilmaiquen S.A. | 932.139.483 | | 4,49 | - | - | 2.722.376.875 | 8,50 | 3.654.516.358 | 6,88 | |
| Fundação ENERSUL | 365.506.054 | | 1,76 | - | - | 364.506.054 | 1,14 | 730.012.108 | 1,37 | |
| Outros | 234.072.765 | | 1,13 | 70.776.000 | 20,69 | 2.559.124.740 | 7,99 | 2.863.973.505 | 5,39 | |
| | 20.754.647.965 | | 100,00 | 342.126.250 | 100,00 | 32.040.238.133 | 100,00 | 53.137.012.348 | 100,00 | |
| Em 31 de dezembro de 2005: | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil S.A. | | 53.137.012.348 | | | | | | | 100,00 | |

No âmbito da reorganização societária descrita na nota 31, os acionistas não controladores da ENERSUL, detentores de ações ordinárias garantido o direito de retirada dos dissidentes, passaram a ser detentores de ações ordinárias da EDP - Energias do Brasil S.A. e esta, por sua vez, passou a ser detentora da totalidade das ações da ENERSUL, realizando-se as necessárias alterações em seu Estatuto Social afim de adequá-lo à condição de empresa subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A..

21.2 - Dividendos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|--|------------|------------|
| Lucro líquido apurado no exercício | 163.933 | 93.783 |
| Prejuízos acumulados | - | (22.073) |
| Ajuste de exercícios anteriores | (8.959) | - |
| Lucro líquido ajustado | 154.974 | 71.710 |
| Constituição da reserva legal - 5% | (7.749) | (3.586) |
| Lucro líquido ajustado | 147.225 | 68.124 |
| Dividendos - oriundos do lucro líquido ajustado - 100% (25% em 2004) | 147.225 | 17.031 |
| Constituição da reserva de retenção de lucros | - | 51.093 |
| Dividendos por ação (R\$): | | |
| Ordinárias | 0,00277 | 0,000298 |
| Preferenciais "A" | - | 0,000872 |
| Preferenciais "B" | - | 0,000328 |

Em 28 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 40.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos em data a ser deliberada para pagamento dos dividendos os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 207/96.

21.3 - Reservas

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|--|------------|------------|
| Reservas de Capital: | | |
| Juros de Obras em Andamento | 1.650 | 1.650 |
| Ágio na Incorporação de sociedades (Nota 10.1.1) | 116.944 | - |
| | 118.594 | 1.650 |
| Reservas de Lucros: | | |
| Legal | 11.334 | 3.586 |
| Retenção de Lucros | - | 51.093 |
| | 11.334 | 54.679 |

21.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de Retenção de Lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia, que se encontra previsto no orçamento de capital, a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos intermediários declarados, no montante de R\$ 51.094, fizeram parte da estruturação dos ativos e passivos cindidos, dentro do processo de desverticalização, de que trata a nota 31.

21.4 - Ajuste de exercícios anteriores

Em cumprimento ao Ofício ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e no Comunicado Técnico IBRACON nº 3, de 23 de janeiro de 2006, a Companhia reconheceu o valor total do passivo referente aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Eficientização Energética - PEE, no montante de R\$ 14.032 sendo o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2004, no montante de R\$ 8.959, reconhecido diretamente no Patrimônio líquido e o saldo restante, no montante de R\$5.073, incluindo a atualização com base na Selic, no resultado de 2005, nas rubricas "Despesas Operacionais e Despesas Financeiras". Adicionalmente, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2005 saldo a aplicar decorrente dos recursos recebidos por conta do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no montante de R\$ 2.265, não registrado em função de não possuir elementos suficientes para essa decisão.

17 - Obrigações estimadas

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|--------------------|------------|------------|
| Folha de Pagamento | 11.557 | 11.046 |
| INSS e FGTS | 1.434 | 1.361 |
| Total | 12.991 | 12.407 |

Referem-se à provisão de férias, gratificações e encargos sociais, além da provisão para Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2005.

18 - Taxas regulamentos

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| Encargo | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|--|------------|------------|
| Quota de Reserva Global de Reversão - RGR | 1.317 | 1.969 |
| Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC | 161 | 2.703 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 1.768 | 1.352 |
| Taxa de Fiscalização - ANEEL | 174 | 130 |
| Total | 3.420 | 6.154 |

19 - Provisão para contingências

| | 31/12/2005 | | | 31/12/2004 | | |
|--------------|-------------------|----------|----------|-------------------|----------|----------|
| | Valor da Provisão | Depósito | Judicial | Valor da Provisão | Depósito | Judicial |
| Trabalhistas | (1.413) | 9.405 | 7.713 | 1.719 | 10.818 | 5.212 |
| Cíveis | 5.558 | 13.486 | 2.177 | 1.039 | 7.928 | 870 |
| Fiscais | 11.431 | 48.086 | 48.594 | 1.732 | 36.655 | 37.164 |
| Total | 15.576 | 70.977 | 58.484 | 4.490 | 55.401 | 43.246 |

19.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

19.2 - Cíveis

As contingências cíveis englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNEAEE nºs 38 e 45 de 27 de janeiro e 04 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do poder judiciário.

19.3 - Fiscais

O saldo da provisão refere-se, basicamente, a depósitos em juízo contra a União Federal arguindo a inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre o faturamento, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal.

19.4 - A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja perda foi estimada como provável para a Companhia. Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$ 9.532 (R\$ 6.713 em 31 de dezembro de 2004), cuja perda foi estimada como possível, com base na opinião dos consultores jurídicos não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

20 - Benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora da Fundação Enersul, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência social aos colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida".

Esses planos de benefícios têm suas reservas matemáticas calculadas atuarialmente, segundo o regime de capitalização sendo as mesmas reavaliadas anualmente.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

| | Plano Inicial | Plano II | Total |
|---------------------------|---------------|----------|-------|
| Participantes Ativos | 1 | 875 | 876 |
| Participantes assistidos: | | | |
| Aposentados | 248 | 9 | 257 |
| Pensionistas | 75 | 4 | 79 |
| | 323 | 13 | 336 |
| Total | 324 | 888 | 1.212 |

Na qualidade de patrocinadora, a ENERSUL contribui com uma parcela mensal proporcional a contribuição realizada pelos participantes da FUNDAÇÃO ENERSUL de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia, considerando os dois planos, limitado a 7% da folha de pagamento. Até 31 de dezembro de 2005 a ENERSUL contribuiu com R\$ 1.680 (R\$ 1.755 até 31 de dezembro de 2004).

Apresentamos a seguir, a demonstração comparativa das Reservas:

| | 31/12/2005 | 31/12/2004 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Reservas Técnicas | | |
| Reservas Matemáticas: | | |
| Benefícios concedidos | 64.227 | 63.646 |
| Benefícios a conceder | 81.734 | 68.549 |
| | 145.961 | 132.195 |
| Superávit Técnico | | |
| Reserva de contingências | 15.676 | 7.935 |
| Reserva para revisão planos | 3.798 | - |
| Fundos previdenciários | 50.053 | 42.752 |
| | 69.527 | 50.687 |



enersul
energias do brasil

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Companhia Aberta - CNPJ nº 15.413.826/0001-50



Demonstrações Financeiras 2005

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.1 - Encargo de capacidade emergencial

Instituto pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, tem por objetivo a cobertura dos custos necessários à contratação de capacidade de geração ou potência de energia elétrica, pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE. As concessionárias distribuidoras de energia elétrica são responsáveis pelo faturamento desse encargo tarifário que atinge a todas as classes consumidoras, exceto residencial classificada como baixa renda, tomando por base o consumo individual verificado.

O encargo cobrado é integralmente repassado à CBEE, de acordo com o valor arrecadado, líquido dos tributos gerados.

22.2 - Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado e realizado o montante de R\$ 14.737 no exercício de 2005 (R\$ 12.090 em 2004), exclusivo o imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interdistrital e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

23 - Gastos operacionais

| Descrição | 2005 | 2004 |
|--|----------------|----------------|
| Não gerenciáveis | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | |
| Contratos iniciais | 43.937 | 79.067 |
| Itaipu | 61.188 | 65.443 |
| Leilão | 64.416 | 5.334 |
| Outros suprimentos | 105.195 | 87.275 |
| Apropriação da C.V.A. | 3.424 | 3.208 |
| Amortização da C.V.A. | 5.557 | 5.679 |
| Encargo de uso do sist. de transm. e distrib. | | |
| Encargo de uso e conexão | 59.664 | 59.944 |
| Apropriação da C.V.A. | 4.810 | (6.401) |
| Amortização da C.V.A. | 7.577 | 8.646 |
| Encargo de serviços do sistema | 7.681 | 8.755 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 22.078 | 17.624 |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | 31.233 | 21.947 |
| Programa de racionamento de energia | 279 | 1.579 |
| Taxa de fiscalização | 1.954 | 1.431 |
| Compensações financeiras | 835 | 651 |
| FNDCT e Eficiência Energética | 4.032 | 2.402 |
| | <u>423.860</u> | <u>362.584</u> |

| Descrição | 2005 | 2004 |
|---|----------------|----------------|
| Gerenciáveis | | |
| Pessoal e administradores/Entidade de previdência privada | 62.533 | 60.807 |
| Material | 11.498 | 9.838 |
| Materia-prima/insumos p/prod. en. elétrica | 5.278 | 4.034 |
| Serviços de terceiros | 53.421 | 39.132 |
| Depreciação e amortização | 59.824 | 54.963 |
| Provisão p/créd.liq. duvidosa/perdas líquidas | 14.587 | 7.986 |
| Provisões para contingências | 9.175 | 2.038 |
| Aluguéis e Arrendamentos | 2.487 | 2.150 |
| Outras | 5.438 | 415 |
| | <u>224.241</u> | <u>181.363</u> |
| Total | <u>648.101</u> | <u>543.947</u> |

24 - Resultado financeiro

| Descrição | 2005 | 2004 |
|---|------------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 1.100 | (659) |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida | 17.212 | 14.645 |
| SELIC sobre parcela A, recomposição de receita, energia livre e parcelamento da revisão tarifária ordinária | 40.563 | 23.925 |
| Juros sobre Pis/Cofins processo RTE/MAE | - | 1.553 |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis | 318 | - |
| Outras receitas financeiras | 3.120 | 901 |
| | <u>62.313</u> | <u>40.365</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívidas | (83.583) | (75.446) |
| Variações monetárias moeda nacional | (3.068) | (4.146) |
| Juros e multa - COFINS - Provisão | (1.426) | 3.256 |
| Selic sobre energia livre e CVA | (8.593) | (6.189) |
| CPMF | (5.332) | (4.240) |
| Juros sobre capital próprio | (40.000) | - |
| Outras despesas financeiras | (7.510) | 42 |
| | <u>(149.512)</u> | <u>(86.723)</u> |
| Variações cambiais dos empréstimos, líquidas | 7.915 | 6.004 |
| Outras variações cambiais, líquidas | (721) | (446) |
| Total | <u>(80.005)</u> | <u>(40.800)</u> |

| Descrição | 2005 | 2004 |
|---|----------------|----------------|
| 25 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas | | |
| De acordo com a Instrução Contábil nº 10 Item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores: | | |
| Encargos de dívidas contabilizados no resultado | 90.828 | 77.878 |
| Transferência para o imobilizado em curso | (7.245) | (2.432) |
| Efeito líquido no resultado | <u>83.583</u> | <u>75.446</u> |
| Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado | (4.847) | (1.454) |
| Transferência para o imobilizado em curso | - | (402) |
| Efeito líquido no resultado | <u>(4.847)</u> | <u>(1.856)</u> |
| Total capitalizado | <u>(7.245)</u> | <u>(2.834)</u> |

25 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas

De acordo com a Instrução Contábil nº 10 Item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

| Descrição | 2005 | 2004 |
|---|----------------|----------------|
| Encargos de dívidas contabilizados no resultado | 90.828 | 77.878 |
| Transferência para o imobilizado em curso | (7.245) | (2.432) |
| Efeito líquido no resultado | <u>83.583</u> | <u>75.446</u> |
| Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado | (4.847) | (1.454) |
| Transferência para o imobilizado em curso | - | (402) |
| Efeito líquido no resultado | <u>(4.847)</u> | <u>(1.856)</u> |
| Total capitalizado | <u>(7.245)</u> | <u>(2.834)</u> |

26 - Imposto de renda e contribuição social

| Descrição | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|--|------------------|-----------------|---------------------|----------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 |
| Lucro antes do IR e CSLL | 143.518 | 108.471 | 143.518 | 108.471 |
| Adições | 106.831 | 74.559 | 96.967 | 64.624 |
| Exclusões | (59.252) | (157.678) | (59.115) | (157.678) |
| | 191.097 | 25.352 | 181.370 | 15.417 |
| Compensação 30% (até limite do prejuízo) | (57.329) | (7.606) | (54.411) | (4.625) |
| | 133.768 | 17.746 | 126.959 | 10.792 |
| Alíquotas Nominais de IR e CSLL | 25% | 25% | 9% | 9% |
| Provisão de IR e CSLL | (33.442) | (4.437) | (11.426) | (971) |
| Incentivos Fiscais | 131 | - | - | - |
| IR e CSLL - Diferidos | 13.645 | (7.014) | 11.507 | (2.266) |
| Total | <u>(19.666)</u> | <u>(11.451)</u> | <u>81</u> | <u>(3.237)</u> |

27 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2005, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 6.000.

28 - Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| Descrição | 31/12/2005 |
|--------------------------------|------------|
| Subestações | 102.860 |
| Almoxarifados | 5.725 |
| Prédios e Conteúdos (Próprios) | 7.394 |
| Responsabilidade Civil | 62.423 |
| Transportes (Veículos) | 37.858 |

29 - Instrumentos financeiros

29.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

29.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e Financiamentos e Operações de Hedge (Nota 16). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

29.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, os valores da CCEE também representam risco, no contexto descrito na nota 6.1.

29.4 - Operações de Hedge

A Companhia, com intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2005 operações de Hedge, apresentadas na nota 16.

29.5 - Títulos a receber - curto e longo prazo

A Companhia possui Contratos Particulares de Cessão de Créditos, correspondentes a precatórios recebidos de diversas Prefeituras Municipais, para liquidação de contas de energia elétrica vencidas e a vencer, sendo que o correspondente valor a vencer, está apresentada no passivo circulante, na rubrica outras contas a pagar.

Considerando que o prazo médio de recebimento desses títulos é de 60 a 80 meses e a atualização monetária reconhecida (IGP-M + 1%), a Companhia, com a observância das disposições da Instrução CVM nº 235, de 23 de março de 1995, apurou o valor de mercado desses papéis, considerando o valor presente líquido do fluxo de caixa gerado, ajustado por taxas de juros de mercado praticadas em 31/12/2005 pela Companhia, conforme abaixo demonstrado:

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | DIRETORIA | |
|--|--|--|--|
| ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA Presidente | ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA Diretor-Presidente | SÉRGIO LUIZ DA SILVA RIBEIRO Superintendente de Contabilidade | |
| ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA | ANTONIO JOSÉ SELLARE | DIOMEDES HIROCHI YASUNAKA Gerente de Contabilidade | |
| CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUEIS | MANUEL FERNANDO DAS NEVES BENTO | CRIC MS-003106/O-6 CPF 105.460.221-20 | |
| CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO | WELINGTON CEZAR XAVIER Diretor Comercial | | |
| JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR | JORGE MANUEL MOREIRA MARTINS Diretor Executivo | | |
| RAUL TOSCANO DE BRITO NETO | | | |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tendo apreciado, ainda, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembléia Geral.

Campo Grande-MS, 21 de fevereiro de 2006

CARLOS ROBERTO VERONEZE
EDUARDO SOARES
FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA
JEOVAH TRINDADE LUCAS
PEDRO WAGNER PEREIRA COELHO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotadas no Brasil.
Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, representam informações complementares àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 04 de fevereiro de 2005.

KPMG
Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6/SMS

10 de fevereiro de 2006

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-6 "S"MS